

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 14

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ANFIP

Eleita nova diretoria da entidade 3

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
ANFIP

Congresso acelera projetos de interesse dos parlamentares 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PEC reforça incerteza com saldo fiscal 6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Senado tenta votar hoje PEC dos Precatórios 7

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: veja calendário de pagamento de benefícios em 2022 8

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Senadores aprovam nome de Mendonça para o STF 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Avançar com a desoneração da folha é o caminho certo (Artigo) 10

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Na pauta do STF, testes de fidelidade a Bolsonaro 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sob efeito do petróleo, inflação da indústria acelera 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Novo ministério como estratégia eleitoral 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Mercado de trabalho longe da recuperação (Editorial) 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Ritmo de aumento dos juros no Brasil é o maior entre 32 BCs 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

OCDE diminui previsão de crescimento do Brasil em 2022 de 2,3% para 1,4% 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

O 'novo normal' do mercado de trabalho e a inflação (Artigo) 20

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Privar as mulheres de trabalhar agravará crise econômica, diz ONU 22

Quinta-Feira, 2 de Dezembro de 2021

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mesmo com alta da Selic, poupança ainda perde para outras aplicações 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Governo admite "amarrar" espaço para gastos na PEC dos Precatórios 26

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Variante ameaça cadeias globais e pode reforçar inflação, alerta a OCDE 28

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

PIB menor e juro maior no Brasil 29

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

É urgente acelerar a vacinação nas regiões mais pobres (Editorial) 30

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
POLÍTICA

Após filiar Bolsonaro, PL quer mais espaço no governo e mira Ministério da Infraestrutura
..... 31

Eleita nova diretoria da entidade

Em eleição realizada nos dias 29 e 30 de novembro, a chapa liderada pelo auditor fiscal aposentado e jornalista **Vilson Romero** foi eleita para comandar a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)**, para a gestão dos próximos dois anos.

Romero retorna ao comando da associação após ter sido presidente no mandato 2015-2017.

No novo mandato, o dirigente defende seguir lutando pela autonomia da administração tributária além de um reequilíbrio na distribuição dos **impostos** no Brasil, defendendo a consolidação do pacto federativo e um sistema menos regressivo e com mais justiça fiscal.

A **Anfip** possui representação em todos os estados do país e cerca de 10 mil associados.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10173>

Congresso acelera projetos de interesse dos parlamentares

Lauriberto Pompeu

O Congresso se prepara para acelerar, nas próximas semanas, um pacote de propostas que atendem ao lobby de grupos políticos. É uma espécie de Black Friday parlamentar, antes da virada do ano. Medidas defendidas pelo Centrão, como a liberação de jogos de azar e a derrubada do veto do presidente Jair Bolsonaro ao Fundo Eleitoral de R\$ 5,7 bilhões, estão previstas para a pauta de dezembro.

A pressa dos deputados e senadores tem motivo: eles querem votar tudo agora porque 2022 é ano eleitoral e, além do desgaste que iniciativas como essas podem representar, boa parte dos políticos costuma se ausentar de Brasília para fazer campanha em seus Estados.

O Fundo Eleitoral é um dos itens que desperta mais interesse dos parlamentares. Após o financiamento de empresas ser vetado, em 2015, o dinheiro público se tornou a principal fonte para candidatos e partidos bancarem gastos de campanha. Por se tratar de uma medida relacionada ao Orçamento de 2022, os congressistas querem tomar uma decisão antes do fim deste ano.

Presidentes de partidos consultados pelo Estadão disseram não haver um acordo sobre a quantia a ser destinada às eleições de 2022, mas afirmaram que vão se reunir, nas próximas semanas, para definir o valor. O Congresso aprovou em julho um fundo de R\$ 5,7 bilhões para financiar as campanhas, número que representa quase o triplo dos recursos destinados às disputas de 2018 (R\$ 2 bilhões).

Em agosto, o presidente Jair Bolsonaro vetou o montante aprovado pelo Legislativo e hoje o Fundo Eleitoral está indefinido. O governo negocia com o Congresso para que o valor seja de até R\$ 3,5 bilhões, mas dirigentes de partidos do Centrão querem algo na casa de R\$ 5 bilhões.

Temos que acertar isso daqui até 20 de dezembro (prazo para o recesso do Congresso), mas até agora não tem acordo, afirmou o presidente do Solidariedade, deputado Paulinho Pereira da Silva (SP), conhecido como Paulinho da Força.

A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR),

disse que a definição ocorrerá nos próximos dias. Não conversamos ainda. Vamos discutir nessa semana, observou ela, referindo-se aos outros partidos. Por serem as legendas com o maior número de deputados, o PT e o PSL recebem as fatias mais gordas do fundo.

No pacote de fim de ano, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que aumenta de 65 anos para 70 a idade mínima necessária a nomeações em tribunais superiores também ganhou tração. O texto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, no último dia 23, e agora está na fase da comissão especial.

A mudança beneficia diretamente dois ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que são próximos do Centrão: Humberto Martins, atual presidente da Corte, e João Otávio Noronha. Ambos completaram 65 anos em 2021 e, pelas regras atuais, não conseguiriam ser nomeados para uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF). Com o novo limite, porém, eles podem ser indicados para as próximas vagas no Supremo.

Antes de completar 65 anos, Martins estava cotado para o lugar do decano Marco Aurélio Mello, mas acabou preterido por Bolsonaro, que optou pelo ex-ministro da Justiça André Mendonça. Noronha também tem boa relação com o Congresso. Em setembro, um projeto do ministro do STJ foi aprovado pelos parlamentares: cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), que atenderá Minas Gerais, Estado de Noronha.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), determinou a abertura de uma comissão especial para analisar a PEC que aumenta a idade mínima dos indicados aos tribunais. Não se trata de um comportamento usual. Lira tem preferido usar o instrumento de grupos de trabalho para construir textos que são votados diretamente no plenário, muitas vezes sem passar pela CCJ.

A proposta que abre caminho para Bolsonaro nomear magistrados com boa interlocução com o Centrão é de autoria do líder do Progressistas, Cacá Leão (BA), aliado de Lira. Juízes e desembargadores que completam 65 anos deixam de ter acesso às cortes superiores (com a PEC da Bengala, em vigor) e, por

não terem perspectiva de ascensão na carreira, muitos acabam pedindo aposentadoria precoce , escreveu o deputado na justificativa da PEC.

Ao endossar a medida, Lira disse que a mudança deve ser feita para haver uma adequação a outra PEC, que reduz de 75 anos para 70 a idade da aposentadoria compulsória de ministros do Supremo, dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Batizada de PEC da Bengala, a iniciativa foi patrocinada em 2015 pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (MDB-RJ), para aumentar a permanência dos magistrados nos tribunais e diminuir o número de indicações às quais a então presidente Dilma Rousseff (PT) tinha direito.

O projeto de lei que libera os jogos de azar, por sua vez, avançou na Câmara e seus apoiadores esperam que seja votado nas próximas semanas. A previsão do deputado Felipe Carreras (PSB-PE), relator do texto, é que isso ocorra no dia 15.

A medida libera apostas em corridas de cavalo, bingos, cassinos e jogo do bicho. Uma versão inicial do relatório de Carreras foi protocolada na última quarta-feira, 24, e traz novidades, como a criação do Sistema Nacional de Jogos de Apostas, que servirá para regular e administrar a atividade no País. A ideia é que o parecer seja votado diretamente no plenário.

Os defensores dos jogos argumentam que a prática vai alavancar a economia e o turismo. Um dos principais focos de Carreras ao construir o texto está na regulamentação dos cassinos integrados a resorts, que são estruturas hoteleiras normalmente instaladas em praias.

O lobby pela aprovação da medida é encabeçado por deputados do Centrão e pelo senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro. O interesse destes parlamentares na liberação dos jogos é poder levar os cassinos para seus redutos eleitorais, alavancando a economia local e poder ganhar votos por isso. O pai de Lira, o ex-senador Benedito de Lira (Progressistas), é prefeito de Barra de São Miguel, no litoral de Alagoas, região que poderia receber cassinos. Já Flávio defende transformar a região de Angra dos Reis, na costa fluminense, em uma espécie de Las Vegas brasileira.

No ano passado, o Zero Um levou uma comitiva de políticos para visitar a cidade americana famosa por seus cassinos. Na ocasião, o grupo se reuniu com Sheldon Adelson, um apoiador do ex-presidente americano Donald Trump que comandou a Las Vegas Sands, uma das maiores empresas do mundo do ramo de cassinos. O americano morreu em janeiro deste

ano.

Por outro lado, a bancada evangélica tenta impedir a aprovação do projeto. O principal argumento é de que o vício nos jogos prejudica as famílias e vai de encontro a valores religiosos. Deputados foram até Lira no último dia 24 para manifestar a contrariedade com a iniciativa. Dissemos a ele que somos totalmente contra e vamos trabalhar contra. Não concordamos com isso , afirmou o deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP), coordenador do grupo.

Ele (Lira) tem a liberdade para pautar e discutir o assunto que quiser. A pauta é dele, mas já sabe que somos mais de 120 deputados contra , insistiu Cezinha. Para um projeto de lei ser aprovado são necessários 257 votos.

Não é só entre os evangélicos, no entanto, que há resistência à aprovação da medida. Auditores fiscais também engrossam o coro contra o texto. A **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)** divulgou nota no fim do ano passado declarando que os efeitos deletérios resultantes da jogatina superam qualquer possível ganho econômico advindo da prática .

A associação afirmou que, além de estimular atividades ilícitas como corrupção, prostituição, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, pode causar sérios danos à saúde, desencadeando doenças como a ludopatia - transtorno compulsivo patológico reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), causado pelo vício em jogos .

A regulamentação dos jogos de azar é um desejo antigo do Centrão e foi apoiada pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, quando ele exercia o mandato de senador pelo Progressistas do Piauí. Em 2018, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa rejeitou um parecer de Nogueira sobre o tema.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/congresso-acelera-projetos-de-interesse-dos-parlamentares,857df21be5a901caa0440d1ab5052e48ujao8gnf.html>

PEC reforça incerteza com saldo fiscal

Fabio Graner

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187079?page=22§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187079?page=22§ion=1

Senado tenta votar hoje PEC dos Precatórios

GERALDA DOCA E MANOEL VENTURA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

INSS: veja calendário de pagamento de benefícios em 2022

Por g1

Os segurados que recebem aposentadoria, pensão ou auxílio-doença podem conferir as datas de pagamento dos benefícios em 2022. O calendário, divulgado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), deve ser seguido de acordo com o número do benefício do segurado.

Os pagamento seguirão a mesma sequência de anos anteriores.

INSS: prova de vida a partir de 2022 será feita no mês de aniversário do segurado

Para aqueles que recebem um salário mínimo, os depósitos referentes a janeiro serão feitos entre os dias 25 de janeiro e 7 de fevereiro. Segurados com renda mensal acima do piso nacional terão seus pagamentos creditados a partir de 1 de fevereiro. Veja abaixo o calendário:

Atualmente, são mais de 36 milhões de pessoas com direitos a benefícios do INSS no país.

A data de depósito dos proventos depende do número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito verificador, que aparece depois do traço, para aqueles que foram concedidos recentemente. Para aqueles que possuem seu benefício há algum tempo, vale a data que já habitualmente recebiam , orienta o INSS.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/12/02/inss-veja-calendario-de-pagamento-de-beneficios-em-2022.ghtml>

Senadores aprovam nome de Mendonça para o STF

O plenário do Senado aprovou ontem, por 47 votos a 32, a indicação do ex-advogado-geral da União para a vaga de Marco Aurélio Mello

Dor 47 votos a 32, o plenário do Senado aprovou o nome do ex-advogado-geral da União André Mendonça para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). Eram necessários, no mínimo, 41 votos entre os 81 senadores. Antes, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado tinha aceito a indicação de Mendonça por 18 votos a 9. Para ser aprovado na CCJ, Mendonça precisava do apoio de 14 dos 27 senadores do colegiado.

Indicado pelo presidente Jair Bolsonaro, que o carimbou como "terrivelmente evangélico", Mendonça adotou na sabatina um discurso alinhado à classe política, na tentativa de romper resistências à sua escolha. Disse que não vai reforçar a ala punitivista da Corte e descartou atuação para atender aos evangélicos. "Ainda que eu seja genuinamente evangélico, entendo não haver espaço para manifestação pública ideológica durante as sessões do Supremo", declarou logo na primeira fala. "Na vida, a Bíblia.

No Supremo, a Constituição." Mendonça disse saber separar sua religião da atuação como magistrado, defendeu o Estado "laico" e o respeito à independência entre os Poderes. Em outro momento, pressionado pelo senador Fabiano Contarato (Re-de-ES), disse que deixaria de lado sua ideologia para votar a favor do casamento gay. Também acenou aos senadores "anti-Lava Jato" ao minimizar a defesa que fez da tese de prisão após condenação em segunda instância, oriunda da sua proximidade com os procuradores federais de Curitiba, e disse que "não se pode criminalizar a política", mantra repetido por críticos da maior operação contra a corrupção do país.

Indicado para ocupar a vaga deixada pelo ministro Marco Aurélio Mello no Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça foi advogado-geral da União e ministro da Justiça no governo Jair Bolsonaro.

Antes de virar ministro do governo Bolsonaro, Mendonça teve experiência como servidor na Controladoria-Geral da União (CGU) e na Advocacia-Geral da União (AGU). Na CGU, Mendonça ajudou a organizar acordos de leniência com as empresas alvos

da Lava Jato e, na AGU, já participou da área que recuperava ativos desviados para o exterior.

SAIBA MAIS Mendonça também já foi advogado da Petrobras Distribuidora entre 1997 e 2000. Em instituições privadas, cursou Direito em Bauru (SP) e Teologia, em Londrina (PR). Fez pós-graduação em Direito Público na Universidade de Brasília (UnB), mestrado e doutorado na Universidade de Salamanca, na Espanha.

O ex-ministro chegou perto de ser alvo do próprio STF quando era ministro da Justiça. Em agosto de 2019, foi protagonista de uma crise, quando vieram à tona dossiês montados pela pasta contra **servidores públicos** considerados antifascistas.

Mais tarde, o ex-titular da AGU sofreu nova dor de cabeça por causa da estratégia de Bolsonaro de usar a Lei de Segurança Nacional (LSN) para conter opiniões negativas contra o governo. Quatro ações chegaram ao tribunal para questionar o uso da LSN pelo Palácio do Planalto.

Mendonça negou ainda perseguir opositores do governo e disse que liberdade de expressão não pode ser confundida com ofensas à honra. "O Supremo Tribunal Federal em nenhum país do mundo diz que qualquer direito fundamental é absoluto", declarou ele.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10173>

Avançar com a desoneração da folha é o caminho certo (Artigo)

Christino Áureo, Deputado federal (PP-RJ)

A proposta de prorrogar a desoneração da folha, contida no projeto de lei 2.541/2021, deu mais um importante passo ao ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara. A expectativa é que o PL seja agora apreciado pelo Senado. O tema é urgente, pois no final deste ano acaba a vigência do modelo de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), que contempla 17 setores intensivos em mão de obra que geram mais de 6 milhões de empregos diretos. Por essa razão, o PL precisa ser sancionado até o final de 2021.

Nas últimas semanas, a renovação da medida recebeu indicações importantes para ser viabilizada. No Judiciário, o ministro Ricardo Lewandowski, relator da ADI (ação direta de inconstitucionalidade) da desoneração no Supremo Tribunal Federal, deu voto preciso pela constitucionalidade da prorrogação. Já o Tribunal de Contas da União acabou de decidir que o impacto de renúncias de receita sobre a arrecadação não precisa ser compensado pelo governo federal.

No campo político, após a votação da PEC dos Precatórios, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deu sinal verde para a desoneração avançar. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já sinalizou que levará o tema direto a plenário. Em paralelo, o presidente Jair Bolsonaro concordou com a prorrogação por mais dois anos. Neste contexto, a emergência do tema associa-se às condições necessárias para ser resolvido.

A desoneração da folha abrange setores relevantes da economia, como construção, transportes, comunicação e indústria, sendo fundamental para manter a dinâmica de geração de empregos no país. Esse é um clamor de empresas e trabalhadores.

Uma reoneração aumentaria pesadamente e de forma abrupta o custo direto das contratações, levando ao fechamento de vagas, bem como elevaria a carga tributária nesses segmentos, afetando o bolso dos consumidores. Isso agravaria a situação do Brasil em dois temas críticos: **inflação** e desemprego.

Um ponto a ser destacado sobre a medida é o seu real custo fiscal. Ainda que haja renúncia de R\$ 8 bilhões

por ano, haverá uma compensação próxima a R\$ 2 bilhões com o adicional de 1% na Cofins-importação. Além disso, sem a desoneração, a perda de centenas de milhares de empregos resultaria em despesas bilionárias com o seguro-desemprego e redução de arrecadação de **impostos**. Ou seja, o custo total da medida é muito **baixo** frente aos seus benefícios.

Assim, a decisão de se ampliar o prazo da CPRB por dois anos é imprescindível para dar mais segurança jurídica e um melhor horizonte aos investimentos. Esse é um prazo necessário para o país passar as eleições do próximo ano e se dedicar em 2023 a uma **reforma tributária** que efetivamente coloque o emprego no centro das discussões. Nesse sentido, precisaremos avançar na desoneração da folha de todos os setores para que o Brasil possa tirar milhões de trabalhadores da informalidade ou de modelos precários.

[...] Uma reoneração aumentaria pesadamente e de forma abrupta o custo direto das contratações, levando ao fechamento de vagas, bem como elevaria a carga tributária nesses segmentos, afetando o bolso dos consumidores. Isso agravaria a situação do Brasil em dois temas críticos: **inflação** e desemprego

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49747>

Na pauta do STF, testes de fidelidade a Bolsonaro

ANDRÉ DE SOUZA E MARIANA MUNIZ
politica@oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Sob efeito do petróleo, inflação da indústria acelera

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187079?page=22§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187079?page=22§ion=1

Novo ministério como estratégia eleitoral



ROSANA HESSEL

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu a criação de um novo ministério para cuidar do patrimônio da União, na contramão do discurso de austeridade fiscal. Durante evento sobre avaliação de estatais, realizado ontem pelo ministério, ele citou a nova pasta como uma das plataformas de campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL) nas eleições de 2022, a fim de gerar recursos para o combate à pobreza por meio de privatizações.

De acordo com o ministro, o "Ministério do Patrimônio da União" teria de R\$ 3 trilhões a R\$ 4 trilhões em ativos para administrar, sendo R\$ 1,2 trilhão de imóveis da União, R\$ 800 bilhões das estatais federais e R\$ 1 trilhão a R\$ 2 trilhões de recebíveis. "O Estado brasileiro não pode ser rico", disse Guedes. Ele afirmou que vem conversando com Bolsonaro sobre o assunto. Segundo o ministro, a venda desses ativos formaria um fundo para a erradicação da pobreza.

Num pronunciamento cheio de críticas aos governos do PT e ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, Guedes voltou a afirmar que a União "é a maior imobiliária do mundo" e que os imóveis, que valem mais de R\$ 1 trilhão, "estão juntando mato". Analistas, no entanto, criticaram a ideia. "É curioso que o ministro da Economia, no fim do terceiro ano de governo, às vésperas das eleições, exatamente quando o Congresso vota uma PEC para dar calote nos precatórios, cogite a criação de uma nova pasta. Há muito o que fazer no que diz respeito ao patrimônio da União, sem a necessidade de mais um ministério", afirmou Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas.

Castello Branco lembrou que, na Esplanada dos Ministérios, a poucos metros do gabinete do ministro

da Economia, há um prédio inteiro vazio há quase seis anos, o Bloco O. Enquanto isso, de janeiro até o último dia 29 de novembro, o governo gastou R\$ 1,2 bilhão com aluguéis, apesar de, em 2016, o então Ministério do Planejamento ter iniciado concorrência pública para a reforma do prédio, que economizaria R\$ 11,5 milhões de aluguel. "A reforma não saiu do papel. O prédio pode abrigar 1,7 mil servidores", destacou. "O Bloco O é um monumento ao desperdício, consumindo, há anos, gastos com manutenção. Enquanto isso, há inúmeros órgãos públicos instalados em espaços alugados em diversos pontos da cidade", emendou.

O especialista lembrou que, apesar das promessas de privatização, a União possuía, em julho, 113 estatais, que empregavam 447 mil servidores. "A União talvez seja a pior imobiliária do mundo. Não creio que a solução dos problemas passe pela criação de um novo ministério e de mais um fundo", reforçou Castello Branco.

Para o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, o discurso de Paulo Guedes está "excessivamente político". "Seria um bem maior para o país se o governo criasse uma agência de produtividade nos moldes da Austrália, para lidar com questões além do patrimônio da União", avaliou. "Faria mais sentido do que criar um ministério que sempre tem um caráter mais político do que reformista", disse.

Risco de irrelevância

Além de defender o novo ministério, Guedes reforçou a necessidade da privatização de estatais federais, como Eletrobras, Correios e Petrobras, porque, segundo disse, elas correm o risco de se tornarem irrelevantes. No caso da Eletrobras, o ministro afirmou que ela não tem condições de investir o necessário para sustentar o crescimento do país. Os Correios, por sua vez, perderam seu principal negócio? o monopólio das cartas? para a modernidade do e-mail. Já a Petrobras, frisou, corre o risco de perder a relevância "dentro de 10 a 15 anos", quando houver a transição para a energia limpa.

Por enquanto, apenas Eletrobras e Correios têm previsão de serem vendidas no ano que vem, mas os projetos estão sendo adiados constantemente. Quando assumiu o cargo, o ministro prometeu arrecadar R\$ 1 trilhão com privatizações e zerar o déficit primário no primeiro ano de governo, algo que, pelas estimativas mais otimistas do mercado, só

deverá acontecer depois de 2023.

Defesa da ditadura

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu a ditadura militar e afirmou que, no período, não houve corrupção. "Os militares usaram as estatais, mas deixaram o legado de infraestrutura, sem corrupção", disse ele durante evento organizado pela pasta.

Guedes, que trabalhou para a ditadura do general chileno Augusto Pinochet, não mencionou a censura do governo militar brasileiro, que abafou a maioria dos escândalos da época. Um dos casos mais emblemáticos foi a quebra do grupo Coroa-Brastel, no governo do general João Batista Figueiredo, que envolveu desvio de empréstimos da Caixa Econômica Federal. O único condenado foi o empresário Assis Paim Cunha por gestão fraudulenta.

Outro caso de corrupção, no governo do general Ernesto Geisel, envolveu empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) a uma empresa em estado falimentar do sogro do então governador paulista Paulo Maluf. Foi aberta uma CPI nos anos 1980, mas o processo foi arquivado pelo STF.

Na ditadura, ? que deixou uma dívida externa gigantesca, culminando em vários calotes que geraram crises e **inflação** na transição para a democracia ? opositores do regime foram presos, torturados e até assassinados, como mostram livros e documentários.(RH)

Mercado de trabalho longe da recuperação (Editorial)

Correio Braziliense

Há de se ressaltar a importância de o índice de desemprego estar em queda desde a primeira metade do ano, mas o mercado de trabalho ainda está muito longe de ser motivo de alívio. E motivos não faltam. Primeiro: o total de pessoas sem emprego chega a 13,5 milhões ? é mais do que a população inteira de Portugal.

Segundo: o indicador que mede a desocupação recuou graças, sobretudo, à volta dos informais ao mercado. Terceiro: a renda real média do trabalho é a menor desde 2012, início da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Minguados R\$ 2.459.

Vários fatores podem explicar esse quadro dramático do mercado de trabalho, a começar pela enorme dificuldade do país em retomar o crescimento econômico sustentado. Não há como se falar em criação de empregos com o Brasil patinando. Depois de pesada recessão de 2015 e 2016, o Produto Interno Bruto (**PIB**) esboçou ligeira reação.

Apostou-se que, com a prometida agenda liberal do ministro Paulo Guedes ? que se mostrou um engodo ?, o ritmo da atividade ganharia tração. Veio a pandemia do novo coronavírus, e o tombo da produção e do consumo foi inevitável. Em 2021, o **PIB** recuperará parte dessas perdas. Contudo, para o ano que vem, já se fala em queda de até 0,7%. Um desastre, se confirmado essa baixa.

A fraqueza da economia se junta, agora, a um movimento inflacionário assustador. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) está acima de 10% no acumulado de 12 meses. E não cairá tão cedo. Ou seja, o rendimento médio do trabalho continuará a ser corroído. Com os salários perdendo força, o consumo das famílias, uma das principais alavancas do **PIB**, recuará.

É o que os economistas chamam de círculo vicioso. Não bastasse tudo isso, mesmo que o país venha a criar empregos nos próximos meses, as vagas serão de péssima qualidade e de baixa remuneração. A mão de obra disponível, em sua maioria, é ruim, devido ao defasado sistema educacional. Tanto que a produtividade do trabalho está estagnada há três

décadas.

Em meio a essa realidade cruel, descobriu-se que o governo maquiou os números de 2020 do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O país, ao contrário do que informou o Ministério da Economia, não teve saldo positivo em postos com carteira assinada. Na verdade, as empresas fecharam mais vagas do que abriram.

Num primeiro momento, a pasta de Paulo Guedes disse que o Caged tinha contabilizado 142,6 mil contratações a mais do que demissões no ano passado. Depois, admitiu que havia errado na conta, e que o saldo verdadeiro era de 75,9 mil empregos. Agora, sabe-se que o Brasil fechou 192 mil postos.

Tal informação desmonta o argumento do presidente Jair Bolsonaro de que, mesmo com a pandemia, o país abriu, em 2020, mais postos com carteira assinada do que fechou. Pior: alimenta a desconfiança em relação aos números deste ano, que apontam para saldo positivo acumulado de mais de 2 milhões de vagas.

Não é com esse tipo de pedalada que o governo obterá apoio à tese de que tudo está indo bem e que só os inimigos não veem a recuperação da economia e a melhora do mercado de trabalho. O que o país precisa é de políticas econômicas consistentes e de dados transparentes. Tentar maquiagem a verdade é inaceitável. Um governo caiu por afrontar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Que se aprenda a lição.

Ritmo de aumento dos juros no Brasil é o maior entre 32 BCs

Eduardo Cucolo são paulo

Apesar de muitos economistas afirmarem que o Banco Central brasileiro demorou para ver o risco de **inflação** e dar início ao ciclo de alta dos juros, a instituição brasileira é destaque entre as que reagiram de maneira mais rápida diante do cenário de aumento global dos preços.

Segundo dados coletados pelo BIS, o banco central dos bancos centrais, o BC brasileiro está entre as 14 autoridades monetárias, de um total de 32, que já começaram a elevar a taxa básica de juros para reverter parte do estímulo adotado durante a pandemia.

Números do BIS e de outros órgãos internacionais também mostram que o ritmo de alta dos juros brasileiros é o maior entre todos aqueles analisados e que o Brasil está entre as três economias com **inflação** mais elevada no acumulado em 12 meses (10,67%), atrás apenas de Argentina (52%) e Turquia (19,9%). O país também voltou a liderar o ranking de juros reais.

O BC do Brasil deve ser um dos que colocarão a taxa em patamar mais elevado em 2022, diante da decisão do governo federal de abandonar o teto de gastos para aumentar despesas no ano eleitoral, o que gerou depreciação adicional do câmbio.

Na próxima quarta-feira (8), o Copom (Comitê de Política Monetária) do BC deve elevar a taxa básica, que estava em 2% no início do ano, dos atuais 7,75% para pelo menos 9,25% ao ano. Em 2022, os juros devem chegar próximos de 12%.

As incertezas provocadas pela pandemia levaram economistas do setor privado e os bancos centrais a projetar desempenho pior para a atividade e melhor para a **inflação** em 2020 e 2021, o que abriu espaço para um forte movimento mundial de corte de juros.

Comisso, praticaram uma política monetária mais estimulativa que o necessário, segundo o economista José Márcio Camargo, professor da PUC-Rio e economista-chefe da Genial Investimentos. Ele ressalta que o BC brasileiro foi um dos primeiros a iniciar essa correção de rumo.

José Júlio Senna, pesquisador associado do FGV Ibre, afirma não ver exagero na ação dos bancos centrais durante a pandemia. Diz que a **inflação** continua sendo sistematicamente subavaliada, inclusive pelo setor privado, que chegou a avaliar a possibilidade de que os juros caíssem ainda mais no Brasil.

Para ele, o Banco Central brasileiro poderia ter sido mais prudente no corte de juros, mas isso não evitaria o problema da alta **inflação** vivida hoje no país.

A taxa básica de juros brasileira (Selic) começou a subir em março, naquele que já é o maior aperto monetário em 2021 no grupo de países avaliado. O segundo maior ocorreu na Rússia, onde os juros foram de 4,25% para 7,50% ao ano desde março.

Antes da decretação da pandemia, sete desses países tinham juros mais altos que o s do Brasil na época (4,5% ao ano). Atualmente, somente Argentina (38%) e Turquia (16%) têm taxas maiores.

Considerando o juro real, descontada a projeção de **inflação** para os próximos 12 meses, o Brasil voltou a ser o líder mundial entre as economias analisadas (5,96% ao ano), de acordo com levantamento das instituições MoneYou e Infinity Asset Management feito no final de outubro. Hoje, já supera 6% e pode chegar a cerca de 7% em 2022.

José Márcio Camargo afirma que praticamente todos os países fizeram políticas monetárias e fiscais extremamente agressivas em 2020, e a demanda caiu menos do que o esperado. Isso gerou pressões inflacionárias que se somaram àquelas provocadas pela combinação de gargalos de oferta e choques de preços de commodities.

"Os economistas de modo geral e as autoridades monetárias do mundo todo erraram nas suas expectativas para **inflação** e crescimento em 2020 e 2021", afirma José Márcio Camargo.

"Você acabou gerando uma **inflação** acima da meta praticamente no mundo inteiro, e os bancos centrais passaram a correr atrás."

José Júlio Senna afirma que a chamada "**inflação** da pandemia" é um fenômeno raro e difícil de ser previsto, o que explica os constantes erros de

projeção, inclusive com modelos do BC e de diversos outros analistas mostrando, no início do ano, que uma taxa menor de juros seria capaz de colocar a **inflação** na meta.

"O Banco Central errou? O mercado errou junto. Todo o mundo errou. No mundo inteiro. Ninguém previu uma **inflação** desse jeito", afirma José Júlio Senna.

"Seria melhor começar a normalização de um patamar de juros mais alto, de 2,5% ou 3%, mas definitivamente não é isso que está fazendo a diferença", diz o economista, que destaca a piora no risco fiscal, que contribuiu para piorar as expectativas de **inflação**.

José Márcio Camargo, da Genial Investimentos, diz que o BC brasileiro reconheceu mais rapidamente que havia reduzido os juros além de um patamar sustentável e começou a voltar com uma política monetária mais dura já em março deste ano. Naquele mesmo mês, Rússia e Turquia também reagiram, segundo os dados do BIS.

Ele afirma que a **inflação** atual não é apenas um choque de oferta. O aumento da demanda e a queda na oferta de bens geram pressões que devem ser revertidas, também, pela ação da política monetária. O tamanho do aperto necessário vai depender da capacidade do governo federal de recuperar a credibilidade abalada pela mudança no teto de gastos, o que ajudaria a reduzir a pressão gerada pelo câmbio.

Deixar de perseguir a meta de **inflação** de 3,5% em 2022 para evitar uma desaceleração maior da atividade, segundo José Márcio, levará o Brasil a repetir a experiência do final do governo Dilma Rousseff (2011-2016), quando o país entrou em uma das piores recessões da história.

"Validar uma aceleração inflacionária e uma política fiscal expansionista, em um momento como esse, é contratar uma recessão. O custo de uma política desse tipo é conhecido, é só olhar a história recente."

Senna diz que o BC precisa controlar as expectativas, mas que um aperto exagerado terá um custo muito elevado para o crescimento e um ganho baixo em termos de **inflação**. Por exemplo, chegar aos mais de 13% ao ano projetados na curva de juros para 2022, acima da projeção de 11,5% na pesquisa Focus com o mercado, reduziria a **inflação** em cerca de 0,20 ponto percentual.

Ele lembra que a taxa real de juros já está elevada, em um mundo em que taxas negativas ainda são predominantes. Além disso, a economia já mostra

sinas de estagnação e o Ibre prevê contração em 2022.

"Forçar a mão no juro agora seria ganhar pouco na **inflação** e perder muito na atividade."

Apesar da expectativa de que o IPCA recue de aproximadamente 10% neste ano para cerca de 5% no próximo, o índice ainda ficará entre os três maiores globais, porém mais próximo de Índia e Rússia, segundo projeções coletadas pelo Banco Mundial.

O banco central dos EUA (Fed) e o Banco Central Europeu já preparam a redução de estímulos, que nesses casos inclui a compra de ativos para injetar dinheiro na economia.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49747>

Brasil lidera ritmo de alta de juros em 2021, com inflação entre as três maiores

	Juro (jan.21), em %	Juro (out.21), em %	Inflação, em %	Juro real, em %*
Argentina	38	38	52,11	-11,31
Turquia	17	16	19,89	3,46
Brasil	2	7,75	10,67	5,96
Rússia	4,25	7,5	7,4	4,77
México	4,25	4,75	6,24	2,08
Índia	4	4	4,4	-0,23
China	3,85	3,85	1,5	0,2
Indonésia	3,75	3,5	1,66	0,56
África do Sul	3,5	3,5	5,05	-0,05
Chile	0,5	2,75	6,03	0,46
Filipinas	2	2	4,6	-1,02
Colômbia	1,75	2	4,51	2,78
Hungria	0,6	1,8	6,5	-0,77
Malásia	1,75	1,75	2,2	0,17
Islândia	0,75	1,5	4,54	**
Peru	0,25	1,5	5,83	**
Romênia	1,25	1,5	7,9	**
República Tcheca	0,25	1,5	4,92	0,47
Arábia Saudita	1	1	0,82	**
Coreia do Sul	0,5	0,75	3,18	-0,59
Tailândia	0,5	0,5	2,38	-0,76
Polônia	0,1	0,5	6,8	-2,28
Nova Zelândia	0,25	0,5	4,9	-1,42
Hong Kong	0,5	0,5	2,8	-1,66
Noruega	0	0,25	3,53	**
Canadá	0,25	0,25	4,66	-1,2
EUA	0,13	0,13	6,22	-4,82
Austrália	0,1	0,1	3	-1,68
Reino Unido	0,1	0,1	2,9	-1,86
Israel	0,1	0,1	2,3	-1,55
Zona do Euro	0	0	3,4	**
Japão	-0,1	-0,1	0,2	-0,51

*Taxas de juros atuais descontadas a inflação projetada para os próximos 12 meses | **Valores não disponíveis
Fontes: BIS para taxas de juros, OCDE para inflação últimos 12 meses e MoneYou e Infinity Asset Management para taxa de juros real

OCDE diminui previsão de crescimento do Brasil em 2022 de 2,3% para 1,4%

Douglas Gavras *curitiba*

A OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) revisou nesta quarta (1º) as suas projeções para o **PIB** do Brasil em 2022, reduzindo fortemente as estimativas para o ano que vem, de 2,3% para 1,4%.

Entre os principais fatores apontados para justificar a queda nas projeções, a entidade destaca o aumento maior esperado para os juros e a desaceleração da China.

As projeções da organização ainda são mais otimistas do que as de agentes do mercado, que já preveem um crescimento de 0,6% no **PIB** do ano que vem, de acordo com o mais recente Boletim Focus.

Segundo a instituição, conhecida como "clube dos países ricos", a campanha de vacinação acelerou, e a atividade econômica, sustentada pelo consumo privado e pelo investimento, reiniciou a medida que as restrições de circulação foram reduzidas.

"As exportações se beneficiaram da recuperação global, no entanto, gargalos na oferta, menor poder de compra e taxas de juros mais altas desaceleraram o ritmo de recuperação. O mercado de trabalho está se recuperando com atraso, e o desemprego permanece acima dos níveis de antes da pandemia."

A incerteza política no país e o aumento do risco fiscal também estão pesando sobre a taxa de câmbio, elevando a **inflação**, segundo a OCDE. Na avaliação da organização, o crescimento recuperará o impulso conforme a **inflação** cair e o mercado de trabalho se recuperar.

A OCDE também reforçou a necessidade da continuidade da agenda de reformas no país. "Para financiar políticas que aumentem o crescimento, mantendo uma posição fiscal sustentável, o governo precisa melhorar a eficiência dos gastos públicos." Para este ano, a OCDE também reduziu suas projeções para a economia brasileira, agora projetando um crescimento de 5% -ante 5,2% na previsão anterior. Pelo Focus, a previsão de crescimento para o país é de 4,78%.

"Surgiram desequilíbrios importantes", afirmou a

organização com sede em Paris.

Em relação ao crescimento global, a organização agora estima que deva atingir 5,6% neste ano -0,1 ponto a menos em comparação com a estimativa de setembro-antes de se moderar para 4,5% em 2022 e 3,2% em 2023.

O relatório não tem estimativas sobre o surgimento da variante ômicron, detectada há poucos dias, mas a economista-chefe da OCDE, a francesa Laurence Boone, afirmou que "pode representar uma ameaça para a recuperação" da economia mundial.

"Estamos preocupados com o fato de que esta nova variante, ômicron, acrescenta incerteza ao clima já existente, o que pode representar uma ameaça para a recuperação."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49747>

O 'novo normal' do mercado de trabalho e a inflação (Artigo)

Solange Srour Economista-chefe de Brasil do banco Credit Suisse. É mestre em economia pela PUC-Rio

Quase dois anos após a eclosão da pandemia, milhões de pessoas permanecem fora do mercado de trabalho em diversos países. Seja para evitarem contrair a doença, seja por causa do retorno ainda lento das escolas, seja, talvez, por causa de um grande número de aposentadorias precoces, o fato é que a queda na participação da força de trabalho é uma ameaça à recuperação global.

Em um primeiro momento, esperava-se que tal fenômeno fosse transitório. Agora, teme-se que a questão seja mais profunda, criando um dilema para os bancos centrais. Diante da demanda global ainda bastante estimulada, cresce o risco de que a aceleração dos preços possa ser transmitida para os salários, exercendo maior pressão na já alta inflação.

Nos EUA, mais de 4 milhões de trabalhadores deixaram a força de trabalho desde o início da pandemia, e a taxa de participação ainda está 1,7 ponto percentual abaixo do nível observado no início de 2020. Os benefícios generosos para os desempregados expiraram em setembro sem gerar mudança perceptível na participação da força de trabalho. Por outro lado, a taxa de poupança permanece extremamente elevada e continua sendo uma das explicações para que os trabalhadores prefiram não procurar emprego.

Pressões semelhantes são visíveis no Reino Unido, onde se estima que haja agora quase 1 milhão de pessoas a menos na força de trabalho do que haveria se as tendências pré-pandemia tivessem continuado. Por lá, a escassez de mão de obra está sendo exacerbada pelo brexit, que afetou o fluxo de trabalhadores vindos da União Europeia.

São vários os países que têm apresentado uma tendência mais acentuada de aposentadorias precoces. Em contraste com as recessões anteriores, há menos idosos que se sentem forçados a se aposentar por falta de opções de emprego e um maior número dos que viram o aumento nos preços dos ativos ampliar sua riqueza e, assim, sentem-se confortáveis em se aposentar mesmo em idade produtiva.

Outro fenômeno bastante comum nas economias avançadas é o forte aumento do número de trabalhadores que estão deixando seus empregos em busca de melhores oportunidades. A chamada "grande renúncia" é intensa na Alemanha: mais de um terço de todas as empresas está relatando escassez de trabalhadores qualificados, de acordo com uma pesquisa do Instituto Ifo. Trata-se de um fenômeno que contribui para a elevação dos salários em diversos países.

Na África e na América Latina, a participação da força de trabalho foi afetada pela saída das mulheres do mercado de trabalho durante a pandemia. O fator que mais as prejudicou foi o longo período de fechamento das escolas. Como em muitos desses países as mulheres trabalham predominantemente no mercado informal (principalmente no setor de serviços), muitas não contaram com a ajuda de políticas voltadas para a manutenção do emprego e ainda foram prejudicadas pela lenta vacinação.

Estudos (por exemplo, "Gendered Laws and Women in the Workforce") sugerem que reintegrar as mulheres na força de trabalho leva um tempo significativo. A volta de um número reduzido de mulheres para o mercado deve gerar pressão sobre os salários dos trabalhadores menos qualificados, quando o crescimento se acelerar nessas regiões.

No Brasil, especificamente, dados recém-revisados pelo IBGE mostram uma recuperação mais forte da força de trabalho. Ao contrário da discussão global, o mercado de trabalho não tende a ser uma força inflacionária a curto prazo. No entanto, o nosso país pode sofrer bastante se a inflação lá fora se mostrar mais persistente.

Pela primeira vez em décadas, começa a ganhar força o cenário em que a aceleração da inflação é repassada para os salários e acaba gerando maiores juros e menor crescimento econômico. Por aqui, uma redução mais forte da ampla liquidez internacional potencializa os impactos negativos causados sobre a atividade econômica pela elevada incerteza fiscal.

O "novo normal" do emprego global pode ser inflacionário. De um lado, os bancos centrais devem se esforçar ao máximo para evitar que a alta inflação se perpetue via aumento de salários. De outro lado, a

prioridade dos governos deverá ser a busca por ganhos de produtividade. Somente quando os salários sobem em compasso com o aumento da produtividade o bem-estar da sociedade aumenta sem gerar **inflação**.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

47

Privar as mulheres de trabalhar agravará crise econômica, diz ONU

Proibir as mulheres de trabalhar agravará ainda mais a "catastrófica" crise econômica do Afeganistão, após a retirada das forças ocidentais e o retorno do Taleban ao poder, afirma a ONU em relatório divulgado ontem. A crise econômica e humanitária afegã "se agrava e é necessário responder para salvar as vidas ameaçadas pela pobreza e fome", diz o Programa da ONU para o Desenvolvimento (Pnud) no documento Perspectivas Socioeconômicas do Afeganistão 2021-2022.

Com a mudança de governo, a economia do país mais pobre da Ásia, minada pela guerra e pela seca, perdeu seu principal recurso, a ajuda internacional, que representava 40% do **PIB** e financiava 80% de seu orçamento.

O Pnud destaca as consequências das restrições impostas ao trabalho das mulheres pelo Taleban, que autorizou apenas a retomada das atividades de uma parte das funcionárias dedicadas à educação e à saúde.

"O trabalho das mulheres constitui 20% do emprego total e é vital para atenuar a catástrofe econômica no Afeganistão", declarou a diretora do Pnud na Ásia, Kanni Wignaraja.

O programa da ONU calcula que, sem o emprego feminino, o **PIB** do Afeganistão registrará contração de 3% a 5%, o que equivale a uma redução entre US\$ 600 milhões e US\$ 1 bilhão. "O dano dependerá da magnitude das limitações impostas", disse Wignaraja.

INFLAÇÃO. A proibição também tem consequências indiretas: se as mulheres não trabalham, não recebem salário e não podem consumir, o que pode representar quase US\$ 500 milhões de perdas anuais, calcula o Pnud.

Maryam, de 52 anos, perdeu seu trabalho após a volta do Taleban ao poder e não sabe como alimentar sua família, já que o marido está doente. Em um mercado em Cabul, ela nota que os preços dos produtos duplicaram ou triplicaram.

"Em termos de necessidades da população e debilidade institucional, nunca vimos nada igual, nem na Venezuela, Síria ou Iêmen", disse um funcionário da ONU.

Prejuízos

Sem o emprego feminino, o **PIB** afegão sofrerá uma contração de 3% a 5%, indica estudo da ONU

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mesmo com alta da Selic, poupança ainda perde para outras aplicações

**HELOÍSA SCOGNAMIGLIO / BÁRBARA NASCIMENTO,
COLABOROU ANTONIO PEREZ**

A Selic está atualmente em 7,75% ao ano. Mas a aposta do mercado é que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central determine um novo aumento para a taxa básica de juros na sua próxima reunião, que ocorre em 7 e 8 de dezembro. A expectativa é de que se mantenha o ritmo de aumento de 1,50 ponto porcentual, fazendo com que a taxa encerre 2021 no patamar de 9,25% ao ano.

O cenário alteraria a remuneração da poupança, aumentando seu rendimento nominal.

Ainda assim, ela continuaria tendo rentabilidade líquida inferior a de outras aplicações de renda fixa, como os títulos públicos ou privados (por exemplo, o Tesouro Direto ou CDBs de instituições financeiras).

Segundo a regra do Banco Central, quando a Selic está abaixo de 8,5% ao ano o rendimento da poupança é de 70% da Selic mais a taxa referencial (TR), que está zerada. Já quando a taxa básica de juros é superior a 8,5% ao ano, o rendimento da poupança passa a ser de 0,5% ao mês mais a TR. Ou seja, caso se confirme a Selic a 9,25%, a segunda regra passará a valer, elevando o rendimento para 0,5% ao mês - atualmente, a poupança rende 0,44% ao mês.

INVESTIMENTOS. Apesar da mudança na remuneração, o investimento que é feito na caderneta de poupança continuaria menos atraente do que em outras aplicações de renda fixa, afirma Camilla Dolle, head de renda fixa da corretora XP.

Para demonstrar sua tese, ela realizou uma simulação que compara a poupança com outros investimentos em renda fixa no cenário de Selic a 9,25%. "Pode ser que algumas pessoas achem que terão mais rendimento, que vai melhorar.

Mas, em relação a outros investimentos, a poupança continua sendo inferior", afirma.

"A rentabilidade da poupança ocorre apenas uma vez ao mês, no aniversário da aplicação, enquanto os outros investimentos possuem rentabilidade diária", diz Camilla.

A poupança se popularizou entre os brasileiros por ser considerada menos arriscada e não ter incidência de Imposto de Renda. "Há uma questão comportamental de se investir na poupança no Brasil. Muitas vezes o próprio investidor não busca mais informações ou, então, acha que não é para ele investir em outras aplicações.

Mas é muito mais vantajoso investir nessas outras aplicações de renda fixa, como o Tesouro Selic e o CDB", afirma Camilla.

LIQUIDEZ. A liquidez diária, ou seja, a possibilidade de resgate a qualquer momento dos valores investidos na poupança, é um dos fatores que contribuem para a escolha pela aplicação. "Mas o Tesouro Selic, por exemplo, possibilita liquidez no mesmo dia útil para resgates feitos até as 13 horas.

E quem aplica em poupança costuma deixar o dinheiro parado, em média, por 11 anos antes de fazer movimentações", diz Camilla.

"Mesmo para os investidores mais conservadores, existem outras opções de investimento, que possibilitam rentabilidades maiores." O estoque atualizado da poupança até o dia 25 do mês passado era de R\$ 1,012 trilhão, de acordo com dados do BC. Em outubro, esse valor era um pouco maior, de R\$ 1,027 trilhão, conforme a instituição.

Comparação A possibilidade de resgate imediato ainda contribui para a escolha da modalidade

Bolsa cai ao menor nível em 13 meses com cenário de risco fiscal

Com a apreensão diante do teto de gastos (que condiciona despesas do governo à **inflação**), o Ibovespa fechou o pregão de ontem no menor nível desde 5 de novembro de 2020. Cotado em 100.774,57 pontos, o principal indicador da B3, a Bolsa brasileira, abriu dezembro com queda de 1,12%. Para além das incertezas sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, que revê o pagamento das dívidas da União definidas em Justiça e abre espaço para mais gastos, pesou a intenção dos senadores de encaminhar nova mudança no teto em 2026. A percepção de estrategistas ouvidos pelo

"Estadão/Broadcast" é de que seria o fim da âncora fiscal.

"Nos 45 do segundo tempo, o (senador e relator da PEC, Fernando) Bezerra diz que talvez vai colocar um mecanismo para furar o teto em 5 anos", afirmou Rodrigo Natali, estrategista da Inversa.

O temor contribuiu para a alta de 0,63% no dólar, ontem, a R\$ 5,6708.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

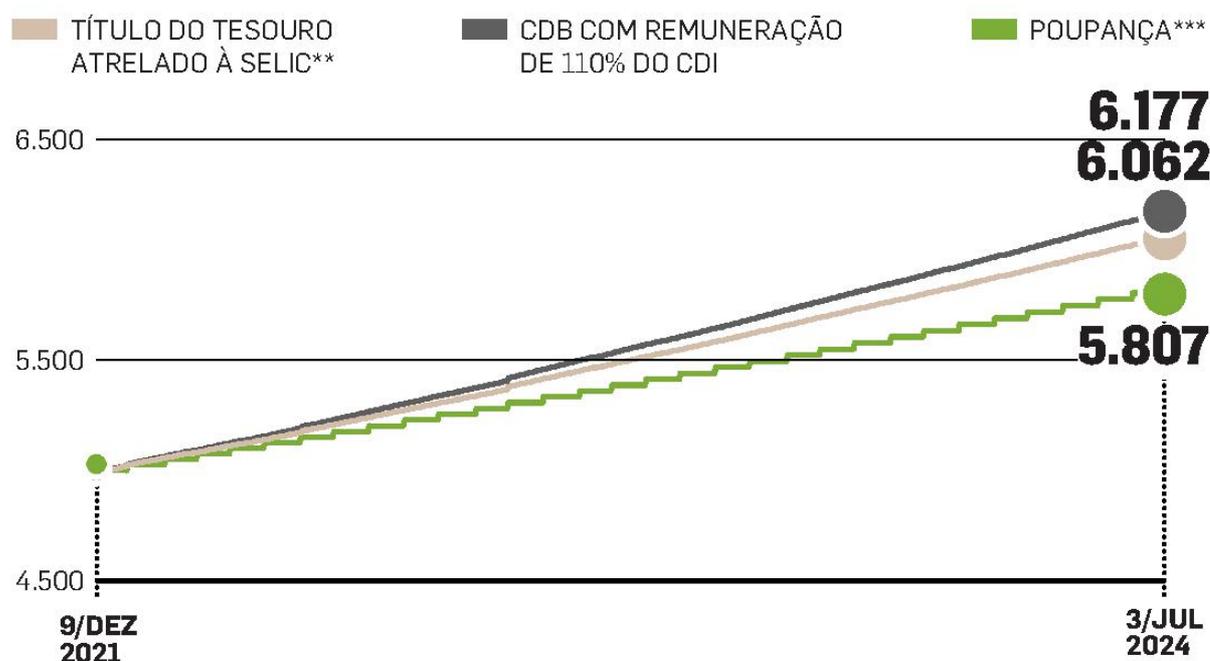
RENDIMENTO BAIXO

Poupança deve continuar rendendo abaixo de outros investimentos de renda fixa após a mudança de cálculo

Simulação de rendimento*

Investimento inicial: R\$ 5.000 a partir de 9/12/2021

VALOR ACUMULADO EM REAIS



Rendimento da poupança

Como é hoje

70% da taxa Selic + taxa referencial (TR), que está zerada; regra vale quando a taxa Selic estiver abaixo de 8,5% (hoje está em 7,75%)

Como deve ficar

0,5% ao mês + TR, quando a Selic estiver acima de 8,5%. BC pode elevar os juros acima desse patamar na semana que vem

* JÁ DESCONTADOS OS IMPOSTOS E TAXAS. CONSIDERA TAXA SELIC CONSTANTE EM 9,25% ;

** TESOURO SELIC 2024 = 100% SELIC + 0,1092% (TAXA DE FECHAMENTO DO DIA 1º/12/21)

*** CONSIDERANDO TAXA REFERENCIAL (TR) CONSTANTE EM 0%

FONTE: XP / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Governo admite "amarrar" espaço para gastos na PEC dos Precatórios

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA COLABOROU LORENNARODRIGUES

Na tentativa de obter os 49 votos necessários para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios no Senado, o governo negocia e deve ceder ao "amarrar" o espaço fiscal aberto com a proposta para a destinação de recursos ao Auxílio Brasil - programa de transferência de renda substituto do Bolsa Família - e despesas da Previdência.

A votação do texto no plenário foi adiada para hoje. O líder do governo e relator da PEC na Casa, Fernando Bezerra (MDB-PE), fechou um acordo com senadores para modificar a proposta, que já passou pela Câmara. As alterações ainda dependem de aval da equipe econômica e da Casa Civil.

Após o anúncio dessas alterações, fontes do Ministério da Economia disseram que ainda não havia acordo para aprovação com essas mudanças.

A negociação envolve quatro alterações: limitar o pagamento de precatórios (dívidas definidas por decisão judicial) até 2026, e não mais até 2036; carimbar todo o espaço fiscal da proposta, de R\$ 106,1 bilhões, e não apenas parte da folga, para o Auxílio Brasil e despesas previdenciárias; retirar a securitização da dívida ativa (possibilidade de o governo vender os direitos de cobrança); e garantir o pagamento de precatórios priorizados com a retirada das despesas ligadas ao antigo Fundef (fundo de educação básica anterior ao Fundeb) do teto de gastos, a regra que atrela o crescimento das despesas à **inflação**.

Segundo o relator, as alterações permitirão a redução do volume de dívidas judiciais com pagamento adiado em 2022 sem alterar o limite total de desembolsos com as sentenças.

Isso porque as despesas ligadas ao Fundef estarão fora do limite, e esse espaço poderá ser ocupado com o pagamento de credores prioritários.

"O governo está mantendo a estrutura da sua proposta, a abertura do espaço fiscal feita pela criação do subteto dos precatórios e através da sincronização das despesas obrigatórias com a correção do teto", disse Fernando Bezerra em entrevista coletiva após

reunião com senadores críticos à PEC.

PRIORIDADE. Os senadores querem garantir que os precatórios prioritários sejam pagos em 2022 dentro do limite, incluindo os oriundos de requisições de pequeno valor (RPV), dívidas de até R\$ 60 mil, pessoas com deficiência e idosos e os de natureza alimentícia.

"Não há nenhum espaço na nossa proposta para orçamento secreto", disse o senador José Aníbal (PSDB-SP), defendendo a vinculação do espaço fiscal e a prioridade para esses precatórios no ano que vem.

Senadores querem evitar uma margem para o governo usar o dinheiro e promover uma "farra eleitoral" no ano que vem, quando o presidente Jair Bolsonaro tenta a reeleição.

De acordo com especialistas, carimbar o espaço fiscal não tem efeitos práticos, pois os recursos podem ser manobrados na peça orçamentária.

Para os senadores, no entanto, a medida obrigará o governo a fazer o compromisso de gastar o dinheiro com despesas essenciais.

As alterações negociadas

Pagar todas as

pendências até 2026 Limitar até 2026, e não até uma década depois (2036), o pagamento de precatórios (dívidas da União definidas por decisão judicial) que vencem no ano que vem

"Carimbar" recursos para gastos sociais

"Carimbar" para o Auxílio Brasil e despesas previdenciárias todo o espaço fiscal aberto no teto de gastos (a regra que atrela o avanço das despesas do governo à **inflação**) pela Proposta de Emenda à Constituição, de R\$ 106,1 bilhões, e não apenas parte da folga

Retirar a securitização da dívida ativa

Retirar a possibilidade de o governo vender os direitos de cobrança dos precatórios

Estabelecer prioridades de pagamento

Garantir o pagamento de precatórios com prioridade (os de natureza alimentícia, por exemplo) e retirar do teto de gastos as despesas ligadas ao antigo Fundef (fundo de educação básica anterior ao Fundeb), cobradas por Estados

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Variante ameaça cadeias globais e pode reforçar inflação, alerta a OCDE

Assis Moreira

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187079?page=22§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187079?page=22§ion=1

PIB menor e juro maior no Brasil

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187079?page=22§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187079?page=22§ion=1

É urgente acelerar a vacinação nas regiões mais pobres (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187079?page=22§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187079?page=22§ion=1

Após filiar Bolsonaro, PL quer mais espaço no governo e mira Ministério da Infraestrutura

Jussara Soares

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto 17/11/2021
Foto: ADRIANO MACHADO / REUTERS

BRASÍLIA - Após filiar o presidente Jair Bolsonaro, o PL espera aumentar seu espaço dentro do governo em pastas estratégicas. O avanço da sigla comandada por Valdemar Costa Neto sobre os cargos não será imediata. A expectativa é que indicados do PL ocupem postos de novos filiados que devem sair para disputar as eleições de 2022.

Um dos cargos cobiçados pelo PL é o Ministério da Infraestrutura, comandado por Tarcísio de Freitas, aposta de Bolsonaro para concorrer ao governo do estado de São Paulo pelo PL. Apesar da pressão do presidente, Tarcísio ainda não confirmou oficialmente que estará na disputa e cogita concorrer ao Senado por Goiás.

O PL - anteriormente chamado de PR - comandou o Ministério do Transportes, que cuida das áreas hoje no guarda-chuva da Infraestrutura, entre 2003 e 2018, portanto nas gestões de Lula e de Dilma Rousseff, do PT, e Michel **Temer**, do MDB.

Não será a primeira vez que Costa Neto tenta avançar na pasta de Tarcísio no governo Bolsonaro. No ano passado, quando o presidente se aproximou do Centrão, o cacique queria ficar com o controle do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Na ocasião, Tarcísio blindou o órgão, que é comandado desde o início do governo pelo general Antonio Leite dos Santos Filho.

O PL também vê a possibilidade de ganhar espaços com a saída de ministros que vão se filiar ao PL, como Onyx Lorenzoni, da Cidadania, Gilson Machado, do Turismo, e Rogério Marinho, do Desenvolvimento Regional. O convite também está feito para as ministras da Agricultura, Tereza Cristina, e da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves.

Interlocutores de Costa Neto afirmam que o presidente da sigla considera natural que o partido de Bolsonaro fique com esses postos quando os ministros se

descompatibilizarem em abril para disputar a eleição, embora nenhum destes nomes tenha chegado aos ministérios por indicação partidária.

Atualmente, o PL ocupa apenas a Secretaria de Governo com a ministra Flávia Arruda, que deixará o posto para concorrer ao Senado pelo Distrito Federal. O PP ocupa o Casa Civil com o ministro Ciro Nogueira, e o Republicanos está no Ministério da Cidadania com João Roma. Os três partidos têm apadrinhados também em cargos de segundo escalão.

Apesar da cobiça do PL, segundo interlocutores do governo e dos partidos, os detalhes ainda não foram discutidos na negociação para a filiação de Bolsonaro. Auxiliares do Planalto afirmam que a **reforma ministerial** que obrigatoriamente ocorrerá por causa das eleições envolverá outra negociação e deverá contemplar todos os partidos aliados.

Site: <https://oglobo.globo.com/politica/apos-filiar-bolsonaro-pl-quer-mais-espaco-no-governo-mira-ministerio-da-infraestrutura-25301953>